

O PROCESSO DE ENVELHECIMENTO E AS POLÍTICAS DE SAÚDE NO BRASIL: UMA AVALIAÇÃO DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA PESSOA IDOSA.

Eliude Lúcia da Abreu¹; Maria Izabel dos Santos Nogueira²

Faculdade Mauricio de Nassau – e-mail: eliudeabreu@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira vivencia mudanças significativas no que concerne ao envelhecimento humano. Pode-se dizer que é um fenômeno recente na história da humanidade. Na década de 1970 destacou-se o crescimento do número de pessoas com idade igual ou acima dos sessenta anos e a projeção da população idosa passou a representar 3,1% da população. Já em 2005 as pessoas idosas correspondiam 9,7% da população. Portanto, a experiência do envelhecimento e da velhice passou a ser vivida por um número cada vez maior de pessoas, deixando de ser caracterizado como um processo exclusivamente individual. Na atualidade, a velhice torna-se uma nova categoria social, apreendida como tal na sociedade, no Estado e nas políticas públicas, sobretudo, nas políticas sociais (GOMES, 2006).

Nesse entendimento, ganha centralidade a Política Nacional do Idoso que dispõe sobre a responsabilidade do poder público, da família e da sociedade na atenção às pessoas idosas, sobretudo, exige uma redefinição com relação à saúde dessas pessoas.

Esse aumento da expectativa de vida, que não é só brasileiro, mas, mundial, além de provocar uma série de transformações societária, amplia a quantidade de doenças crônicas não infecciosas como diabetes melitus; distúrbios cardiovasculares, articulares, respiratórios e de movimento; doenças incapacitantes como doenças de Parkinson; além de depressões e tantas outras.

Diante desse quadro, o envelhecimento humano no Brasil apresenta-se para os estudiosos e para a saúde pública como um problema a ser enfrentado pelo Estado e pela sociedade. Gera preocupação, sobretudo, para o sistema de saúde que necessita se reorganizar para dar respostas eficientes relativas à prevenção e promoção à saúde do público idoso.

Em torno dessa questão insere-se o interesse investigativo em realizar o estudo de revisão bibliográfica, com objetivo de verificar se os programas, projetos, ações de assistência à saúde

peessoa idosa estão produzindo impactos positivos nesses usuários a partir da perspectiva da qualidade de vida nos últimos 5 anos, a motivação surge a partir da experiência profissional desta pesquisadora, vivenciada na Unidade Municipal de Saúde África, localizada na zona Norte da cidade de Natal (RN), no período de 1997 a 1999 ao atuar enquanto assistente social da referida instituição no desenvolvimento de ações de assistência à saúde da pessoa idosa. Outro motivo que levou a abordagem do tema consistiu na leitura de obras de referências que discutem e investigam a questão da pessoa idosa.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma revisão bibliográfica onde a mesma foi realizada no período de junho a agosto de 2016, sendo estruturada a partir de artigos originais, publicados entre o período de 2010 a 2015. Os critérios de inclusão foram: artigos indexados disponíveis nas bases SciELO, LILACS, Convibra e Revista Ciência, Cuidado e Saúde. As palavras chaves utilizadas foram “processo de envelhecimento, idoso e saúde do idoso”, incluindo posteriormente a “assistência à saúde do idoso e política nacional do idoso”.

Foram excluídos livros, resenhas, cartas, notícias, artigos repetidos, bem como artigos que focavam somente idosos com enfermidades específicas e artigos que não correspondiam diretamente ao tema de interesse. Foi utilizada ainda a variável país de origem e publicações em revistas brasileiras.

Posteriormente a leitura de resumos, os artigos foram lidos na íntegra. A partir dessa leitura, foram excluídos os artigos que se mostraram distantes da temática investigada. Desse modo, os artigos recuperados nesta última seleção foram analisados em profundidade, sendo categorizados a partir da leitura e análise de seus conteúdos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A QUESTÃO DO ENVELHECIMENTO HUMANO NO BRASIL

A população brasileira vem envelhecendo de maneira acelerada desde os anos 1960 quando a queda das taxas de fecundidade sofre alterações em sua estrutura etária, estreitando progressivamente a base da pirâmide populacional. Em torno dessa realidade, verifica-se que a sociedade se depara com novas demandas por serviços médicos e sociais que antes estavam restritos a países industrializados (IBGE, 2008).

Conforme se afirmou anteriormente, o envelhecimento humano é um fenômeno recente em

nível mundial. Os dados atuais comprovam um número expressivo de pessoas com 80 anos ou mais em nossa sociedade.

Na realidade, o que está a ocorrer no Brasil e na totalidade dos países ditos em desenvolvimento ou emergentes é a aproximação ao perfil demográfico dos países desenvolvidos: uma diminuição de fecundidade, paralela a uma diminuição da mortalidade.

Os resultados da PNAD de 2007 mostram a continuação da diminuição da taxa de fecundidade total para níveis abaixo aos de reposição: 1,83 filhos por mulher. Essa queda iniciou-se na segunda metade dos anos 1960 e está implicando numa desaceleração do ritmo de crescimento da população brasileira e provocando importantes mudanças na estrutura etária desta população, que poderá diminuir a partir de 2030 e apresentar um envelhecimento, reproduzindo a experiência de países da Europa Ocidental, da Rússia e do Japão. (IPEA, 2008, p. 3)

Trata-se de um fenômeno chamado de transição demográfica que produz transformações na pirâmide populacional no sentido de envelhecê-la. Esse fenômeno iniciou, no Brasil, a partir de meados da década de 1960, intensificou-se nas décadas de 70 e 80 e nos anos de 1990 continuou de forma moderada.

O PROCESSO DE ENVELHECIMENTO E AS POLÍTICAS DE SAÚDE NO BRASIL

Atualmente, o fenômeno de envelhecimento populacional traz várias implicações, destacando-se as de ordem econômica, política e social. No setor de saúde, as consequências desse fenômeno é sentido de forma rápida e objetiva (CARDOSO, 2008). O crescimento do segmento populacional idoso resulta em uma demanda por serviços médicos e sociais. Essa demanda, maior que a oferta de serviços, se acentua em razão das limitações financeiras dos estados brasileiros que tentam encontrar alternativas à tendência universal de evitar a institucionalização da pessoa idosa em longo prazo (hospitalização e a condição asilar). As pesquisas recentes realizadas constatam que a sociedade brasileira conseguiu alcançar no século XX, resultados positivos com relação à saúde, sobretudo, no campo político por ter os direitos a ela assegurados na Constituição Federal de 1988.

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantida mediante políticas sociais e econômicas que visam à redução de riscos de doenças e de outros agravos, ao acesso universal e igualitário às ações, e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação. (BRASIL/SENADO FEDERAL, 1988, art. 196)

A instauração da política de saúde na perspectiva da garantia de direitos embasou-se na Proposta de Reestruturação do Sistema Saúde, derivada das lutas em favor da Reforma Sanitária e

teve seu marco fundamental em 1986, com a VIII Conferência Nacional de Saúde, a qual inscreveu de forma explícita o papel do Estado como executor das políticas públicas.

Para Almeida (2006), é nesse quadro contextual que se insere o atual processo de envelhecimento humano no país que demanda uma premente e necessária reorganização das políticas públicas para atender as novas exigências postas por esse novo fenômeno demográfico. Essa questão se agrava em face do corte neoliberal nas políticas públicas que, conforme se aludiu, retira do Estado a responsabilidade pelo setor público e investe no setor privado, o que contribui para deficiência dos serviços públicos. A população idosa, na maioria das vezes, é excluída do atendimento a que tem direito, já que Estado isenta-se ou transfere a responsabilidade para a sociedade civil, sobretudo, para as famílias e organizações sociais.

Diante das evidências é possível revelar a necessidade de incrementar as políticas públicas direcionadas para o segmento idoso, pois se esses segmentos não forem integrados nas oportunidades sociais, provavelmente, será instalado, por exemplo, o caos na sociedade.

Atualmente está posto diante da realidade desencadeada pelo envelhecimento humano, o grande desafio para o Estado, a família e a sociedade, no sentido de responder às necessidades demandadas pelo grupo de idosos.

Para Albuquerque (2008) e Araújo (2011), se considerar os perfis demográficos e epidemiológicos vivenciados no cenário brasileiro se torna urgente a tomada de decisão por parte do Estado, dos seus governantes e das autoridades sanitárias a fim de que a implementação plena do SUS, tão almejada por todo o cidadão e principalmente por aqueles que se encontram-se em precárias condições financeiras, aconteça. Já se efetivaram determinados avanços políticos importantes e não é justo e nem democrático um retrocesso.

CONCLUSÕES

Após as leituras, análises e comparação das obras coletadas, averigua-se uma associação entre assistência e ações de promoção à saúde e um envelhecimento saudável. O levantamento bibliográfico mostra que há uma discrepância entre as temáticas trabalhadas, aspectos do envelhecimento e promoção à saúde da pessoa idosa para a questão dos direitos de cidadania da pessoa idosa, ainda se apresenta de forma insuficiente. Esse fato aponta que há uma necessidade de explorar mais as questões que envolvem essa população específica, uma vez que, devido aos resquícios históricos, culturais e políticos. A temática ainda encontra-se desconhecida perante a sociedade de um modo geral.

Entende que a saúde é um recurso fundamental para a vida, não pode ser visto como um objeto de viver, tal como preconiza a concepção de saúde ampliada é necessária para garantia de qualidade de serviços para o segmento idoso. A análise bibliográfica proporcionou a observação da urgência de desenvolver ações que promovam o envelhecimento saudável para a referida população. Segundo os estudos a pessoa idosa é mais fragilizada por trazer consigo uma vivência por muitas vezes marcadas pela solidão, abandono dos familiares e violação dos seus direitos de cidadania. Dessa forma, o estudo se tornou relevante no sentido em que se propõe a contribuir com reflexões sobre esse segmento e tenta elucidar as ações desenvolvidas para melhoria do processo de envelhecimento.

Se considerar, que os perfis demográficos e epidemiológicos vivenciados no cenário brasileiro se tornam urgente à tomada de decisão por parte do Estado, dos seus governantes e das autoridades sanitárias a fim de que a implementação plena do SUS, tão almejada por todo o cidadão e principalmente por aqueles que se encontram em precárias condições financeiras, aconteça. Já se efetivaram determinados avanços políticos importantes e não é justo e nem democrático um retrocesso.

O aspecto da capacitação representa um grande entrave no atendimento à pessoa idosa. A Política Nacional de Saúde do Idoso e o Estatuto do Idoso preconizam que o setor de saúde deve dispor de profissionais em quantidade e qualidade adequadas, cujo provimento é de responsabilidade das três esferas do governo. A diretriz da capacitação de recursos humanos especializados perpassa todas as demais diretrizes, representando um instrumento privilegiado de articulação intersetorial.

Conclui-se registrando que o desafio reside em concretizar os dois eixos da formulação do SUS: a saúde como direito de cidadania e com serviços prestados à população.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Sandra Márcia Lins de. **Envelhecimento Ativo**: desafio do século. São Paulo: Andreoli, 2008.

ALMEIDA, Bernadete de Lourdes Figueiredo. **Avaliação dos Atuais Programas de Proteção Social à luz dos Sujeitos Institucionais**: Gestores, Técnicos e Usuários. João Pessoa: UFPB/DSS/SEPACOPS, 2006.

Araújo, L.F.; Coelho, C.G.; Mendonça, E.T.; Voz, A.V.M.; Siqueira_Batista ;R.&Cotta, R.M.M. **Evidência da contribuição dos programas e assistência ao idoso na promoção do envelhecimento saudável no Brasil**. Revista Panamericana, 2011.

ASSIS, Monica de. Envelhecimento Ativo e Promoção da Saúde: reflexão para as ações educativas com idosos. In: **Revista APS** (Vol. 8 – n.1). Juiz de Fora/MG: NATES/ UFJF, Jan/Jun.2005. Disponível em:

<<http://www.nates.ufjf.br/novo/revista/pdf/v008n1/Envelhecimento.pdf>> Acesso em: 28 nov. 2007

BARDIN. Laurence. **Análise de Conteúdo**. 2ª Edição. Lisboa: Edições 70, 2006.

CARDOSO, Adilson Sant'Ana *et al.* Comparação do nível de atividade física em relação ao gênero de idosos participantes de grupos de convivência. In: **Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano** (v. 5, n. 1). RS/Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, jan./jun. p. 9-18.2008.

GOMES, Lucy; PEREIRA, Maurício Gomes (Orgs.). **Envelhecimento e Saúde**. Brasília: Universa, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Tábua Completa de Mortalidade - 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

_____. **Síntese dos Indicadores Sociais – 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

_____. **Projeção da População do Brasil - População brasileira envelhece em ritmo acelerado**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

_____. **Síntese dos Indicadores Sociais – 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

LEHR, U. A revolução da longevidade: impacto na sociedade, na família e no indivíduo. In: **Estudos interdisciplinares sobre o envelhecimento**. Porto Alegre, v.1, p.7- 35, 1999.

Veras, R.P. **Estratégia para o enfrentamento das doenças crônicas: um modelo em todos ganham**. Rio de Janeiro (RJ): Revista Brasileira de Geriatria e gerontologia, 2011.

Tahan, J.& Carvalho, A.C.D. **Reflexões de idosos participantes de grupos de promoção à saúde acerca do envelhecimento e da qualidade de vida**. Revista Saúde e Sociedade, 2010.